



Entrevista ao Presidente da Junta de freguesia

J.A.- Qual a sua opinião sobre a situação política atual?

PJ. - Com relação à situação política atual penso estar mais estável, melhor do que com o governo anterior. Provou-se que afinal há caminho. O atual governo com o apoio da maioria de esquerda na Assembleia da República, está a saber corrigir os erros cometidos pelo anterior governo. Efetivamente este acordo parlamentar entre os partidos da esquerda foi uma boa rajada de ar fresco para Portugal. Julgo que estamos no rumo certo, Pois o atual governo está a avançar, com menos desemprego, mais justiça social, mais investimento público e privado, mais coesão territorial. Mas temos que continuar a trabalhar e muito para alcançar todas as metas previstas para o progresso da economia.

J.A.- Qual a sua opinião sobre o orçamento de Estado para 2017?

PJ. - Ao analisarmos o OE para 2017, verificamos que foram adotadas algumas medidas que vão permitir aos portugueses um pequeno aumento na qualidade de vida, tais como, a redução faseada da sobretaxa de IRS, aumentos das pensões e rendimento mínimo. Temos um orçamento equilibrado mais justo e que reduz o défice e a dívida

J.A.- Sendo essa região uma das mais fustigadas pelos incêndios, quais as medidas a adoptar, de futuro; para minimizar tais calamidades?

PJ. - O nosso concelho detém um considerável património florestal e, por isso, tem sido bastante fustigado pelos incêndios.

Quanto às medidas a tomar para evitar tais calamidades, elas passam, por campanha de sensibilização para a limpeza e manutenção dos espaços florestais. Ninguém dúvida de que a prevenção se for feita a tempos e horas será a melhor medida.

J.A.- O aumento de desemprego gerou muita pobreza e, estando esse concelho inserido num dos distritos considerados de maior carência económica, como está essa autarquia a gerir esse problema?

PJ. - Temos a consciência dos problemas económicos que afetam as famílias do concelho, consequentes do desemprego e de toda a conjuntura nacional.

Geralmente, estabelecemos parcerias de proximidade com Associações, IPSS, e com o IEFP, no sentido de possibilitar o máximo de frequências possíveis integradas no âmbito das medidas de

apoio do IEF, e conseguimos por essa via, criar condições favoráveis à resolução da maioria dos casos conhecidos.

J.A- O que pensa sobre a violência doméstica, que ultimamente tem aumentado drasticamente, no nosso país, e qual a causa/efeito?

PJ. - O problema da violência doméstica é um reflexo dos problemas sociais e económicos que o país ainda vem atravessando há algum tempo. É um drama catastrófico e silencioso. As causas estão por vezes associadas pelo risco de perder o emprego, salários baixos, bens penhorados, endividamento à banca, torna-se uma grande pressão para as famílias. Contudo este flagelo parece aumentar em vez de diminuir, têm de ser tomadas medidas para combater e inverter esta situação, porque nada justifica a violência doméstica. Constatamos também que os casos têm hoje mais visibilidade, porque são denunciados. Acabar com esta tragédia é uma responsabilidade de todos nós, políticos e cidadãos.

J.A-O que pensa sobre a violência gratuita que se está a gerar na nossa sociedade?

PJ. – Devido à falta de emprego, à diminuição dos subsídios sociais, as pessoas não conseguem cumprir com os seus compromissos, entram em desespero, as emoções surgem à flor da pele, o que vai provocar descontentamentos, conflitos e está aberto o caminho para a violência. É de lamentar os efeitos nefastos que a violência doméstica gera e as repercussões irreparáveis para a vida das nossas crianças.

J.A.-Qual a vossa opinião sobre a emigração dos nossos jovens, principalmente os mais credenciados?

PJ. – É de lamentar que após tanto esforço, dedicação e a investir na formação para se tirar um curso superior, depois o mercado de trabalho não apresenta respostas para os nossos jovens. Apesar de esta situação ser fruto das políticas erradas do anterior governo, tendo ele mesmo inicialmente assumido o fomento da emigração. Com as políticas do atual governo, como a modernização das empresas, a promoção de políticas de emprego para a juventude, e a modernização da administração pública, já visível uma mudança nesse âmbito.

J.A.- A vinda de refugiados tem causado alguma celeuma. Que opinião tem sobre este tema?

PJ. – Convém reter o seguinte: quando expressamos a nossa opinião sobre esta temática devemos ter a noção do que significa receber refugiados. Receber refugiados não é uma opção, é uma obrigação. As pessoas que se opõem à chegada de migrantes não são todas xenóforas. A crise tornou as pessoas mais egoístas e mais preocupadas com o presente. Como dizer a um desempregado, com dois filhos para sustentar, que os refugiados que se dirigem ao nosso país vão beneficiar de ajuda económica do nosso Governo e das restantes instituições responsáveis? Porque não tem ele as mesmas (ou mais) ajudas sendo um cidadão português? São ambas situações desesperantes e desgastantes. O primeiro indivíduo vive na incerteza do amanhã por culpa das carências que afetam o seu quotidiano, o segundo, pergunta-se se conseguirá sobreviver mais um dia. É importante fazer esta reflexão para poder compreender a totalidade deste problema.

J.A.- Que apoio presta a autarquia aos mais idosos?

PJ. – Como edilidade não temos programas próprios nesta área, mas cooperamos com outras instituições. De salientar que a Câmara Municipal tem vindo a implementar no domínio social, projetos e medidas de âmbito local de combate à exclusão social, promovendo a inclusão social e a proteção dos grupos mais vulneráveis. A sua atuação assenta na criação do Cartão 65 que

proporciona redução de custos em alguns serviços. Através do Gabinete de Ação Social e em conjunto com a Universidade Sénior existe um espaço de convívio de excelência para os menos jovens com aulas de música, pinturas, dança, hidroginástica. Para além disso é proporcionado a todos os seniores anualmente uma viagem que lhes permita conhecer melhor o nosso país.

J.A.- Qual o maior problema com que essa freguesia se debate?

PJ. – As carências são sempre grandes e os meios são sempre escassos, pelo que temos de definir prioridades. Atendendo ao que vem sendo esclarecido, a fixação dos mais jovens, a falta de emprego, o envelhecimento crescente das nossas populações.

J.A.- Que outros problemas necessitam de maior intervenção?

PJ. – É fundamental para o desenvolvimento sustentado do concelho de Salvaterra de Magos o aparecimento de algumas empresas com capacidade empregadora. Outro grande problema com que nos debatemos é a falta de saneamento básico em muitos locais da freguesia. É necessário requalificarmos algumas estradas municipais que apresentam alguns troços em mau estado.

J.A.- Que perspetivas tem para o futuro da freguesia?

PJ. – Quanto às perspetivas futuras, não vejo grande melhoria para a qualidade de vida das pessoas. Contudo, apesar de todas as dificuldades que atravessamos, gostava que houvesse mais empregos na freguesia, para que o desemprego venha a baixar, e as pessoas recuperarem o seu poder de compra.

J.A.-Como é a situação financeira da autarquia?

PJ. – É uma situação equilibrada, com uma preocupação constante de redução de custos em áreas não fundamentais. A nossa situação financeira reflete uma gestão rigorosa e devidamente planeada, que nos permite concretizar, apesar de muitas e constantes dificuldades, investimentos necessários e prioritários, mantendo o equilíbrio das contas da freguesia.

J.A.-Qual o apoio que a câmara presta às juntas de freguesia?

PJ. – As relações com a Câmara Municipal têm sido ótimas, havendo uma permanente disponibilidade de cooperação nos mais diversos planos que, sublinhe-se, se desenvolve nos dois sentidos.

J.A.-Que mensagem quer enviar à população da sua freguesia?

PJ. – No nosso entendimento a razão de ser de uma Junta de Freguesia é para servir a população em geral e, de uma forma especial, todos os mais necessitados e vulneráveis. Tudo temos feito para que a Junta de Freguesia cumpra a sua missão. Temos procurado a opinião dos fregueses para melhorar a nossa gestão. Temos dado a conhecer a nossa atividade de forma ativa. Por vezes o simples fato de acompanharmos de perto as nossas gentes e o nosso território permite-nos perceber quais são as suas preocupações e as suas necessidades. Temos-nos envolvido em iniciativas que nos parecem positivas para toda a população. Desde o primeiro dia do mandato que o nosso plano de ação assumiu-se como um contrato com a população e trabalhamos diariamente para ver implementadas todas as medidas e não descansaremos enquanto não levarmos a bom porto este contrato.

J.A.- Como consegue gerir a absorvente vida de autarca com a vida familiar?

PJ. – Trata-se de um equilíbrio difícil de gerir, mas só é possível porque a família é a minha referência de estabilidade essencial para fazer face à exigência inerente ao cargo de autarca.

J.A.-Que mensagem quer deixar ao Jornal das Autarquias?

PJ. – É um bom veículo para dar a conhecer a atividade dos autarcas, das freguesias e dos concelhos, acabando também por ser meio de enriquecimento e de conhecimentos. É uma mais-valia.